
Informação – Prova de Equivalência à Frequência

329 - Direito

2020

12º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, na redação atual. Regulamento de Exames, na sua redação atual.

O presente documento divulga informação relativa à Prova de Equivalência à Frequência da Disciplina de Direito, a realizar em 2020, nomeadamente:

- o objeto de avaliação;
- as características e a estrutura;
- os critérios gerais de classificação;
- o material;
- a duração.

Objeto de avaliação

A prova tem por referência os documentos curriculares em vigor (Programa da disciplina de Direito – 12º Ano) e permite avaliar a aprendizagem passível de avaliação numa prova escrita de duração limitada.

A prova incide sobre todos os temas incluídos no programa do 12.º ano de escolaridade.

Excecionalmente, devido ao “estado de emergência” em que nos encontramos a PEF incidirá sobre conteúdos lecionados até ao final do 2.º período letivo, ou seja, sobre os Temas I (O Homem, a Sociedade e o Direito), Tema II (O Direito e a Organização da Sociedade), Tema III (A Comunidade Internacional) e Tema IV (Fontes do Direito).

Objetivos específicos	Conteúdos específicos
TEMA I- O HOMEM, A SOCIEDADE E O DIREITO	
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a constante interação Homem/Sociedade e uma adequada existência de normas • Compreender o Direito como ordem social normativa • Conhecer as diversas ordens sociais normativas • Compreender as características das normas jurídicas • Refletir e compreender o Direito como “produto” criado pelo Homem e adaptado à dinâmica da sociedade • Referir os valores fundamentais do Direito: A Justiça, a Segurança e a Equidade • Compreender o conceito de mudança social e os seus reflexos na evolução do Direito • Conhecer a noção de personalidade jurídica • Distinguir entre personalidade jurídica e capacidade jurídica • Conhecer os direitos da personalidade; direitos civis e políticos; direitos económicos e sociais 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A problemática da ordem social <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A natureza social do Homem 1.2. A necessidade da existência do Direito 1.3. As diversas ordens sociais normativas 1.4. O Direito como produto cultural 1.5. O Direito e a evolução social 2 – A pessoa, fundamento e fim da ordem jurídica <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Noção de personalidade jurídica 2.2. Direito Constitucional – conceito e importância 2.3. Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias 2.4. A problemática dos Direitos Humanos
TEMA II: O DIREITO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o conceito e a importância do Direito Constitucional • Referir a noção de Constituição • Compreender a relevância da C.R.P. no conjunto do edifício jurídico • Referir as três gerações dos Direitos Humanos • Analisar os mecanismos de defesa dos D.H. no mundo atual • Articular o funcionamento dos diversos órgãos de soberania • Identificar as características essenciais de um Estado de Direito • Analisar a evolução social e jurídica inerente à transição do Estado Liberal de Direito para o Estado Social de 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Estado - Sociedade politicamente organizada <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Direito Público e Direito Privado 1.2. Noção e elementos do Estado

<p>Direito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir Direito Público de Direito Privado • Conhecer o conceito de estado e respetivos elementos: comunidade, território e poder político • Refletir sobre situações onde se verifique a inexistência de um ou mais desses elementos • Distinguir poder político de soberania • Caracterizar e distinguir as diversas funções do Estado: política, legislativa, administrativa e judicial • Articular as funções com os órgãos do Estado • Conhecer os diversos órgãos de soberania e respetiva composição e funções 	<p>1.3. Poderes e funções do Estado</p> <p>1.4. Órgãos de soberania</p> <p>1.5. Do Estado de Direito ao Estado Social de Direito</p>
<p>TEMA III: A COMUNIDADE INTERNACIONAL</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Definir comunidade internacional • Refletir sobre o mundo atual como um espaço globalizado e com crescentes relações internacionais • Alertar para o facto de o Estado correr o risco de ser ultrapassado por certos poderes resultantes da globalização • Definir Direito Internacional Público • Destacar as especificidades do D.I.P. • Distinguir D.I.P. e Direito Interno • Identificar as fontes de D.I.P. • Problematizar a eficácia do D.I.P. • Conhecer o Direito Comunitário • Referir as várias fases da integração europeia, desde a CEE até à UE • Conhecer a estrutura orgânica da Comunidade Europeia • Distinguir Direito Comunitário de Direito Interno • Compreender o princípio da receção automática consagrado no artigo 8º da C.R.P. 	<p>1. O Direito Internacional</p> <p>1.1. As relações internacionais</p> <p>1.2. O Direito Internacional</p> <p>2 – O Direito Comunitário</p> <p>2.1. O Direito Comunitário</p> <p>2.2. Estrutura orgânica da Comunidade – breve referência</p> <p>2.3. Direito Comunitário e Direito Interno</p>

TEMA IV: AS FONTES DO DIREITO

<ul style="list-style-type: none">• Refletir sobre o conceito de “fontes de direito”• Dar uma noção de lei• Distinguir direito substantivo de direito adjetivo• Distinguir:<ul style="list-style-type: none">◆ Lei em sentido amplo e lei em sentido restrito◆ Lei em sentido material e lei em sentido formal◆ Lei constitucional e lei ordinária• Analisar as principais fases do processo de elaboração das leis• Refletir sobre a importância da <i>vacatio legis</i>• Distinguir entre revogação e caducidade• Estabelecer a hierarquia das leis• Distinguir entre regulamentos e diretivas comunitárias• Analisar o conceito de jurisprudência• Distinguir as diferentes decisões dos tribunais: despachos, sentenças e acórdãos• Esclarecer a importância da doutrina na prática jurídica• Referir a noção de tratado internacional• Analisar o valor dos tratados internacionais como fonte de direito à luz da constituição• Enquadrar a problemática do controlo da legalidade• Relacionar o princípio da legalidade com os direitos fundamentais dos cidadãos• Referir sumariamente a reclamação, o recurso hierárquico e o recurso contencioso como formas de o cidadão se defender contra atos da Administração	<ol style="list-style-type: none">1. As Fontes do Direito no Sistema Jurídico Português<ol style="list-style-type: none">1.1. A Lei<ol style="list-style-type: none">1.1.1. Os vários sentidos da lei1.1.2. Processo de elaboração das leis1.1.3. O início e o termo de vigência da lei1.1.4. A hierarquia das leis1.2. O Costume1.3. A Jurisprudência1.4. A Doutrina1.5. Os Tratados Internacionais2 . O controlo da legalidade<ol style="list-style-type: none">2.1. O controlo da legalidade<ol style="list-style-type: none">2.1.1 Legalidade e Direitos Fundamentais2.2. Mecanismos de defesa do cidadão perante a Administração Pública
--	--

Caracterização da prova

As provas têm duas versões.

As provas são constituídas por três grupos.

A sequência de tarefas envolve os seguintes tipos de atividades:

Grupo I – Itens de Seleção (escolha múltipla) que permitem testar e avaliar conhecimentos e capacidades de compreensão dos conteúdos específicos relativos a mais do que um dos temas de todo o programa lecionado até final do segundo período, citados Temas I a IV, pelo que podem envolver a mobilização e a interdependência de diferentes conteúdos

Grupo II – permite avaliar o desempenho do examinando no que respeita às competências que decorrem dos objetivos enunciados nos Temas I e II, bem como o domínio dos conteúdos a elas associados, e que como tal constam do Programa lecionado, subentendidos nos limites de aprofundamento científico estabelecidos nos mesmos.

Grupo III – permite, por sua vez, avaliar o desempenho do examinando quanto às competências que decorrem dos objetivos enunciados nos Temas III e IV e, assim, ao domínio dos seus conteúdos específicos, tendo em vista a sua compreensão, a sua aplicação e a sua reflexão autónoma

A prova inclui itens de seleção (escolha múltipla) e itens de construção (que podem ser de resposta curta e extensa), sendo que os itens de construção têm como suporte textos.

A sequência dos itens da prova pode não corresponder à sequência das unidades temáticas no Programa da disciplina.

Alguns itens podem envolver a mobilização de aprendizagens relativas a mais do que um tema do programa.

A prova é cotada para 200 pontos e a estrutura sintetiza-se no quadro seguinte:

Competências	Grupos	Domínios	Cotação (em pontos)	Tipologia de itens	Nº itens
<ul style="list-style-type: none"> • Saber reconhecer o papel do Direito na informação e formação do Cidadão; • Saber assumir os direitos e responsabilidades no quadro do Estado de Direito e das declarações dos direitos humanos; • Saber reconhecer o papel do Estado na 	I	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação de conteúdos estudados em diferentes unidades letivas do Programa da disciplina; • Análise de documentos de diversos tipos (textos de autor, legislação, etc.); • Interpretação de documentos de diversos tipos (textos 	(20 x 7) = 140	Itens de seleção (escolha múltipla)	20

<p>defesa dos direitos, liberdades e garantias;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saber identificar as instituições e estruturas do sistema jurídico e sociopolítico nacional; • Ser capaz de compreender o funcionamento do sistema jurídico e sociopolítico; • Saber identificar as instituições comunitárias; • Ter consciência que se é, simultaneamente, cidadão nacional e europeu; • Ser capaz de compreender o sistema jurídico como produto da sociedade a que pertence, dos seus valores e fins; • Saber aceitar e adaptar-se à mudança; • Saber investigar e recolher informação; • Saber consultar, interpretar e utilizar diplomas legais; • Saber trabalhar em grupo; • Saber realizar trabalho de projeto; • Saber consultar, interpretar e utilizar diplomas legais; 	<p>II</p>	<p>de autor, legislação, etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicitação da informação contida em documentos de diversos tipos (textos de autor, legislação, etc.); • Inferência de conclusões a partir de documentos de tipo diverso e/ou do cruzamento das informações neles contidas; • Elaboração de sínteses de documentos analisados; 	<p>10 + 10 + 10 (30)</p>	<p>Itens de construção</p> <p>. Resposta curta . Resposta extensa</p>	<p>3</p>
	<p>III</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização correta e adequada da terminologia jurídica; • Apresentação e fundamentação de ideias; • Estruturação de respostas escritas com correção linguística e de conteúdo (respostas completas, articuladas, coerentes, adequadas ao solicitado e evidenciando uma utilização correta e adequada da terminologia jurídica); • Identificação de conceitos; • Definição de conceitos; • Explicitação de conceitos; • Relação de conceitos; • Identificação de factos e/ou fenómenos jurídicos; • Descrição de factos e/ou fenómenos 	<p>10 + 10 + 10 (30)</p>	<p>Itens de construção</p> <p>. Resposta curta . Resposta extensa</p>	<p>3</p>

		jurídicos; <ul style="list-style-type: none"> • Explicação de factos e/ou fenómenos de natureza jurídica; • Explicitação de afirmações com base no acervo científico específico da disciplina; • Justificação de afirmações com base no acervo científico específico da disciplina; 			
--	--	---	--	--	--

Critérios de classificação da prova

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

Itens de seleção

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

Itens de construção

As respostas aos itens de construção podem ser classificadas de forma dicotómica ou por níveis de desempenho, de acordo com os critérios específicos. No primeiro caso, a cotação total é atribuída às respostas corretas, não havendo lugar a classificações intermédias. No caso da classificação por níveis de desempenho, a cada nível corresponde uma dada pontuação, de acordo com os critérios específicos.

Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes dos critérios específicos de classificação são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

As respostas que não correspondam ao solicitado, independentemente da qualidade do texto produzido, são classificadas com zero pontos.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por parâmetros: ...

Cada parâmetro encontra-se organizado por quatro níveis de desempenho descritos.

A atribuição da classificação de zero pontos no parâmetro desenvolvimento temático implica a atribuição de zero pontos em todos os restantes parâmetros.

A classificação a atribuir à resposta resulta do somatório da pontuação atribuída a cada parâmetro.

Material

As respostas são registadas em folha própria, fornecida pelo estabelecimento de ensino.

O aluno apenas pode usar na prova, como material de escrita, caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta e a Constituição da República Portuguesa não anotada (7ª revisão – 1/2005, de 12 de Agosto).

Não é permitido o uso de corretor.

Duração

A prova tem a duração de 90 (noventa) minutos, sem tolerância.